

# **AVALIAÇÃO EXTERNA E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE NOS DIZEM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO?**

**JAQUELINE DOURADO DO NASCIMENTO**

Universidade Federal do Cariri  
jaqueline.dourado@ufca.edu.br

**EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR**

Universidade Federal do Cariri  
landimjrdeluna@gmail.com

**WEZLEY RICARDO BEZERRA GONÇALVES**

Universidade Federal do Cariri  
wezley.ricardo@hotmail.com

**CINTHIA LIMA DOS SANTOS**

Universidade Federal do Cariri  
ci.ls@hotmail.com

## **RESUMO**

A avaliação externa e a avaliação institucional são elementos importantes para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a qualidade do ensino nas instituições de ensino superior (IES). Assim, este trabalho analisa de que modo as avaliações externas e a avaliação institucional estão descritas nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação de uma instituição pública de ensino superior. A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, com a análise documental. Foram analisados os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Observou-se que a maioria dos PPC abordam de maneira superficial, a avaliação externa, especificamente sobre o Sinaes e o Enade e a avaliação institucional, a avaliação direcionada para fins de regulação do sistema. Há falta de compreensão entre a diferença da autoavaliação institucional e a avaliação de cursos. Assim, como existe uma ausência da articulação da avaliação institucional ou externa para melhoria dos PPC. O uso dos resultados das avaliações tem ocorrido de maneira limitada no contexto investigado. Nesse sentido, torna-se essencial a implementação de uma cultura avaliativa, tendo a avaliação como um elemento de contribuição para um conhecimento aprofundado da realidade e melhoria dos processos de gestão e pedagógicos.

**Palavras chave:** Avaliações Externas. Projetos Políticos Pedagógicos. Avaliação Institucional. Gestão.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no campo das políticas de avaliação da educação superior, especificamente nas avaliações externas ou em larga escala, busca-se compreender de que modo estas encontram-se descritas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação de uma instituição pública de ensino superior. A avaliação como prática formal torna-se um importante elemento para um conhecimento aprofundado das diferentes instituições e de políticas públicas de maneira a disponibilizar informações úteis para a tomada de decisão e melhoria da gestão. Na atualidade, com as políticas neoliberais do Estado Mínimo ocorre uma modificação da função do Estado, passando a assumir a função de um Estado avaliador e regulador, o que demanda a inserção de novas estratégias de gestão (CASTRO, 1999; AFONSO, 2001; COSTA; CASTANHAR, 2003).

A avaliação de políticas educacionais em larga escala é um instrumento capaz de identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino, fornecendo informações que contribuam na elaboração de mecanismos que melhoram a qualidade do ensino ofertado. Contudo, os resultados dessas avaliações têm sido utilizados de maneira deficitária, onde as instituições tendem a se preocuparem com a mensuração de notas direcionadas para a composição de *rankings* nacionais, o que acaba limitando o sistema avaliativo (SAWICKI; PAGLIARIN, 2018; NUNES, AVILA, 2017).

Uma inquietação de pesquisadores da área, especialmente no fomento das avaliações em larga escala, está relacionada a utilização da avaliação para fins de regulação (atos de autorização e renovação dos cursos ou instituições). Esse uso limitado do potencial da avaliação demanda outras práticas, com a finalidade de torná-las mais eficientes no sentido de produzir orientações para que a gestão tenha a capacidade de interferir nas ações pedagógicas, com o objetivo de proporcionar melhoria do ensino para os estudantes (SAWICKI; PAGLIARIN, 2018).

No campo educacional, uma questão fundamental gira em torno da qualidade do ensino, em que os diferentes sujeitos tenham condições de aprender com qualidade para o exercício da cidadania e inclusão no mundo do trabalho. A educação de qualidade como um direito de todos difundida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) torna-se algo que suscita a necessidade de modificação das práticas de gestão implementadas pelos gestores públicos nas diferentes sociedades (UNESCO/OREALC, 2008). Com as novas exigências de uma educação de qualidade, os sistemas educacionais necessitam implementar novas práticas relacionadas à gestão, dentre elas, a avaliação, o acompanhamento e a redefinição das práticas pedagógicas.

As diretrizes curriculares nacionais (DCN) para os cursos de graduação são orientadoras para a elaboração dos diversos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPC) no ensino superior. Essa construção demanda a participação coletiva, democrática, assim como, um alinhamento entre o que está previsto nas DCN e nos PPC, com uma proposta de educação articulada com a garantia de um ensino para formação profissional e humana (VEIGA, 2004).

Outro eixo que consideramos essencial é a articulação do PPC com a avaliação, quer seja a autoavaliação, a avaliação institucional ou a avaliação externa. Acreditamos que para um aprofundamento das questões pedagógicas e melhoria da qualidade da educação, os diferentes documentos norteadores necessitam de um alinhamento, também previsto na Portaria Normativa do MEC n.º 840 de 2018, para a realização da avaliação dos cursos de graduação serão considerados os documentos oficiais como o projeto pedagógico do curso, o plano de desenvolvimento institucional e as diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2018).

Segundo Sanches e Raphael (2006), o projeto pedagógico das instituições mantém relação direta com as avaliações externas, atuando especificamente nas práticas sociais, éticas, pedagógicas, políticas, de desempenho, entre outros, que influenciam diretamente na qualidade do ensino ofertado. O debate acerca da articulação da avaliação e dos projetos pedagógicos possibilita aos diferentes sujeitos envolvidos com a educação superior, especialmente nas instituições e seus cursos, o conhecimento aprofundado de seu contexto, suas potencialidades e limitações, servindo de instrumento de reflexão sobre a capacidade da efetivação da qualidade da educação superior brasileira.

O projeto pedagógico do curso é um documento formulado institucionalmente com o objetivo de nortear desde a estrutura curricular, até os métodos de ensino e questões organizacionais, os desejos e anseios de coletivo. O PPC possui caráter regulatório, no que tange a construção de um documento que deverá ser parâmetro para todas as atividades pedagógicas. Traz também elementos que evidenciam a participação e diálogo de diversos atores sociais envolvidos na construção do PPC, uma vez que a educação é considerada um bem público, que deve promover mudanças efetivas na sociedade em geral, por isso possui essa característica emancipatória (VEIGA, 2003; 2004; DIAS SOBRINHO, 2013).

Na perspectiva de compreender a relação da avaliação externa e o projeto político pedagógicos dos cursos de graduação, este trabalho tem como objetivo geral analisar de que modo as avaliações externas e a avaliação institucional estão descritas nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação de uma instituição pública de ensino superior.

Além desta introdução, o artigo encontra-se organizado em quatro partes: a primeira trata-se da fundamentação teórica, abordando a discussão sobre avaliação da educação superior e a relação das avaliações externas com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Na segunda parte, encontra-se o delineamento do percurso metodológico, com uma abordagem qualitativa, a partir de uma análise documental. Na terceira parte, apresentam-se os principais resultados e discussão em que se verificou que a maioria dos cursos de graduação citam algum termo relacionado a avaliação externa ou a avaliação institucional. Na quarta parte, as considerações finais, evidenciando a necessidade do fomento de uma cultura avaliativa que busca a articulação da avaliação com os documentos norteadores das instituições de ensino superior, a exemplo dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Brasil passou, nas últimas décadas, por inúmeras transformações na educação superior, como aumento da demanda de estudantes, assim como a criação e ampliação de Instituições de Ensino Superior (DIAS SOBRINHO, 2010; RISTOFF, 2004; 2013). Este cenário, conseqüentemente, necessitou da criação de instrumentos avaliativos cada vez mais eficientes e que abarcasse todos os aspectos necessários na sistematização de informações (DIAS SOBRINHO, 2010). Para uma melhor compreensão dos processos avaliativos no âmbito da educação superior, organizamos este referencial teórico em duas partes: a primeira abordando o contexto da avaliação dentro das políticas públicas e a segunda discutindo a avaliação externa e sua relação com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

A educação é o campo do conhecimento onde a avaliação se insere de forma mais acentuada, uma vez que esse tipo de avaliação permite o diagnóstico de problemas e viabiliza a criação de instrumentos válidos que contribuam na qualidade do ensino, práticas pedagógicas, estrutura, entre outros aspectos (DIAS SOBRINHO, 2003). A partir da década de 1980, com a reestruturação do Estado brasileiro, bem como a ampliação do campo teórico sobre avaliações de políticas públicas, a avaliação passou a incorporar os diferentes mecanismos de diagnóstico

acompanhamento das políticas públicas, principalmente as políticas educacionais, tornando-se um instrumento de contribuição para a melhoria da qualidade do ensino ofertado, assim como a disponibilidade de informações que contribuam na tomada de decisões (GAUDIO, 2014; ABRAMOWICZ, 1994).

A avaliação é considerada por Agum, Riscado e Menezes (2015) e Souza (2006) como uma etapa importante inserida no ciclo das políticas públicas, uma vez que assume o papel de diagnóstico, identificando os possíveis avanços e falhas, proporcionando a implantação de instrumentos para constatação da qualidade do ensino. Encontra-se presente nos principais documentos reguladores, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394 de 1996 (BRASIL, 2005), que assegura e orienta a criação de mecanismos de diagnósticos da situação da educação brasileira, por meio dos sistemas de avaliação nos diferentes níveis de ensino, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) criado em 1994 com a Portaria nº. 1.795 e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) criado em 2004 com a Lei nº. 10.861 (BRASIL, 1994; 2004).

Na perspectiva de verificar a qualidade do ensino ofertado suscita a demanda por parte das instituições de reformulações em seus documentos regulamentadores. De acordo com Almeida e Tartuce (2017), essas modificações ocorrem principalmente nos planos de desenvolvimento institucional e nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em consonância com as diretrizes curriculares, adequando-os à legislação vigente. Para o acompanhamento, no âmbito da educação superior, temos o Sinaes, criado no intuito de contemplar e integrar informações existentes acerca da educação superior brasileira, ou seja, um sistema que viabilizasse o fomento de políticas educacionais desenvolvidas com caráter nacional, bem como pelas próprias instituições de ensino superior, sendo elas públicas ou privadas (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

O Sinaes é alicerçado pela prática da avaliação institucional realizada interna e externamente, distribuído em três componentes: o primeiro componente, é a avaliação das instituições, que busca conhecer as características pertinentes a cada Instituição de Ensino Superior (IES), além de regular a prática da autoavaliação, sendo importante para o conhecimento da sua realidade institucional e contribuir para a tomada de decisão no âmbito da gestão, bem como preparar para as avaliações externas. O segundo componente é a avaliação dos cursos de graduação, possui características mais eficazes, como a criação de uma equipe multidisciplinar composta por especialistas que são encarregados de avaliar os cursos; já o terceiro componente, é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). O Enade é um componente obrigatório para todas as IES brasileiras e tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes de nível superior no momento de ingresso e conclusão de seus respectivos cursos de graduação (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006; BRASIL, 2010).

As avaliações externas, como a avaliação de curso e o Enade, fornecem informações referentes à educação superior e seus resultados servem de base para os aspectos regulatórios e o acompanhamento da qualidade do ensino, ou seja, na utilização das notas na composição dos conceitos da avaliação de cursos e das instituições; também atua na obtenção de informações pelos gestores das instituições, que auxiliam no processo de tomada de decisão, proporcionando possíveis mudanças - quando necessárias - em cada curso, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas e tecnologias educacionais aplicadas à formação dos estudantes (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006; GRIBOSKI, 2012; BRASIL, 2004).

De acordo com Dias Sobrinho (2010), umas das características do Sinaes é a sua multidimensionalidade, em que avalia um conjunto de atores e aspectos da educação superior, buscando a integração de estudantes, professores e gestores no processo avaliativo, de modo a

envolvê-los como instrumentos importantes no processo de implantação e formulação das avaliações externas e internas, abrangendo os aspectos relacionados ao ensino, estrutura, projetos pedagógicos, responsabilidade social, dentre outros. Nesse sentido, torna-se essencial para a melhoria da qualidade do ensino a apropriação das práticas avaliativas e o uso dos seus resultados pelos diversos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, exige-se a aproximação de bases teóricas e práticas que contribuam para a inovação política e técnica da educação.

## **2.1 Avaliação Externa nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação**

A avaliação na educação superior engloba uma área extensa de atuação, por exemplo, a autoavaliação institucional e a avaliação externa, considerando aspectos relacionados à organização dos cursos, infraestrutura, perfil dos profissionais, questões pedagógicas, dentre outros, que contribuem para a formação do próprio Sinaes e um melhor monitoramento da qualidade da educação superior (GAUDIO, 2014). No sentido de avaliar a qualidade do ensino ofertado, o Sinaes utiliza-se de três tipos de avaliação: a autoavaliação institucional (interna), a avaliação de cursos (externa), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (externa). Essas duas últimas têm como base os cursos de graduação e como referência as diretrizes curriculares e os PPC para o acompanhamento do ensino ofertado nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2004).

No que se refere ao funcionamento das Instituições de Ensino Superior, os atos autorizativos que envolve o credenciamento, recredenciamento das IES e de autorização, reconhecimento, renovação de cursos de graduação são de responsabilidade da Secretaria de Educação Superior (SESU). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) analisa os documentos referente às instituições e os cursos, dentre eles o PPC, considerando as orientações presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (NUNES; AVILA, 2017).

Segundo Nunes e Avila (2017), verifica-se uma dissociação entre conteúdo do documento - PPC- avaliado pelo Inep e o indicado para os estudantes em sua prática. Obter uma avaliação externa do PPC como satisfatória, não necessariamente, é prerrogativa da existência de um projeto pedagógico que articulem a teoria e a prática para os estudantes. Nesse sentido, a verificação da relação entre o proposto nos documentos norteadores e o que ocorre no cotidiano dos cursos de graduação torna-se essencial para o acompanhamento das estratégias e os serviços oferecidos pelas instituições de ensino e política de gestão.

A inclusão de outros elementos avaliativos, além da avaliação do rendimento acadêmico dos estudantes, como o Enade, acontece devido a limitação das avaliações em larga escala de não conseguirem avaliar de maneira ampliada o sistema, o que requer a integração de outras avaliações. Segundo Sawicki e Pagliarin (2018, p. 29), “a avaliação em larga escala não pode pautar-se apenas pelo resultado de uma prova, mas sim ser utilizada como instrumento para a promoção de políticas de melhoria da educação [...]”. Vale ressaltar que o sistema educacional é complexo, o que demanda uma abordagem avaliativa multifacetada. Assim, avaliar a sua qualidade utilizando somente um instrumento possibilitaria uma visão limitada do mesmo. Nessa perspectiva, é primordial

favorecer a articulação entre o desenvolvimento do currículo, as metas de aprendizagem esperadas e os sistemas de avaliação, de tal forma que o currículo constitua a base para a avaliação do rendimento dos alunos e que, por sua vez, a avaliação aporte informação útil para a melhoria do currículo (UNESCO/OREALC, 2008, p.124).

No que diz respeito à discussão sobre a articulação do projeto político pedagógico e a avaliação institucional, evidencia-se que os resultados da avaliação são pouco utilizados para a melhoria dos projetos pedagógicos das instituições (ALMEIDA; TARTUCE, 2017).

Não basta a proposição de um processo de Avaliação Institucional se não se considerar a importância da articulação do projeto pedagógico com esse processo. O projeto pedagógico deve ser permanentemente construído, avaliado e reconstruído, com a participação democrática da comunidade, em um processo dinâmico de ação e reflexão, que se refaz no tempo, objetivando-se e concretizando-se (SANCHES; RAPHAEL, 2006, p. 110).

A avaliação e o projeto político pedagógico são instrumentos direcionados para a parte técnica da educação. De acordo com Veiga (2003; 2004), esses instrumentos têm servido tanto para a organização da prática pedagógica quanto para regulação do sistema. Além disso, contêm um caráter político, na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipadora, que possibilite a inserção profissional e cidadã dos diferentes sujeitos sociais. Ao considerar uma educação ao longo da vida, a articulação das ferramentas pedagógicas tende a contribuir para essa formação ampliada e a indissociabilidade das visões técnica e política da educação. Segundo Veiga (2004), nesse contexto a avaliação tem uma característica de continuidade, em um processo de reflexão e ação sobre a prática pedagógica, contribuindo para uma compreensão ampliada do contexto educacional.

Segundo Sawicki e Pagliarin (2018), o cenário da educação nacional tem sofrido com problemas no que tange às avaliações em larga escala, sobretudo porque a mensuração de dados tem assumido papel de protagonista nessas ações, ou seja, espera-se que as instituições de ensino apenas alcancem boas notas, deixando de levar em consideração aspectos mais importantes, como a qualidade do ensino ofertado. Esse processo pode culminar em um sistema falho de avaliação e, por isso, muitos pesquisadores do campo das políticas públicas educacionais têm se preocupado com tais deficiências, salientando a necessidade de incrementar as avaliações externas, para que se torne uma política mais eficaz, capaz de produzir e utilizar resultados que aprimorem a qualidade da educação brasileira.

Existe uma relação próxima entre a gestão das instituições de ensino com as avaliações externas. Esse fato dar-se porque são os gestores e sua equipe que recebem os resultados oriundos dessas avaliações, e, por conseguinte, devem fazer sua análise e criar estratégias, quando necessárias, para aprimorar o ensino e os projetos pedagógicos (SAWICKI; PAGLIARIN, 2018). Além disso, acredita-se que “na gestão acadêmica, entre outras responsabilidades, pode-se destacar a exigência de construir, desconstruir e rever os projetos pedagógicos e, nestes, as propostas curriculares dos cursos de graduação [...]” (HAAS, 2010, p. 167).

Haas (2010) destaca pontos específicos que a gestão de uma IES deve levar em consideração no que diz respeito à avaliação em larga escala, que são: educação e ensino; sistema nacional de avaliação de educação superior; projetos pedagógicos institucionais; matriz curricular; organização e gestão da instituição. Dessa forma, é necessário que haja alinhamento entre o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico institucional e os projetos pedagógicos de cursos, uma vez que os resultados da avaliação em larga escala só podem ser compreendidos tomando como base todos esses instrumentos e como se dá na prática essa articulação promovida pela IES. A qualidade do ensino superior ofertado envolve as questões referentes ao desempenho do estudante, como também o conhecimento acerca das normas regulamentadoras, a relação da gestão acadêmica e a sociedade em geral, a participação no colegiado, dentre outros.

### 3. METODOLOGIA

O momento da escolha do método deve ser coerente com a problemática, bem como os objetivos propostos, pois é através da metodologia que se torna possível desvendar as respostas procuradas (GIL, 2009). Este trabalho versa nas políticas de educação superior, buscando compreender as relações entre as avaliações externas (avaliações em larga escala) com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, porque segundo Sawicki e Pagliarin (2018), este tipo de avaliação deve refletir nas práticas pedagógicas, para proporcionar melhoria na qualidade do ensino ofertado.

Nesse sentido, a construção metodológica deste estudo baseia-se em uma análise documental de abordagem qualitativa, isso porque foi realizado um levantamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação de uma Instituição de Ensino Superior, a fim de compreender como as avaliações externas estão inseridas nesses documentos. Para Ludke e André (1986):

Embora pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Quando se realizam estudos que utilizam a análise documental como método de pesquisa, trata-se de uma fonte de informações que não apresenta tratamento, desse modo, é papel do pesquisador analisar e extrair o que for mais relevante dentro do contexto, da problematização e dos objetivos aguçados em cada pesquisa (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; PIMENTEL 2001). A análise documental tornou-se uma fonte rica de conhecimento, especialmente no campo da educação (LUDKE; ANDRÉ, 1986), através de documentos como “o diário de classe, plano de ensino, Projeto Político Pedagógico (PPP), etc.” (CECHINEL *et. al*, 2016, p. 03).

No tocante à abordagem, delimitou-se à qualitativa porque permite desenvolver adequadamente os instrumentos para essa análise documental. A Instituição de Ensino Superior investigada neste estudo oferta 17 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, distribuídos em 05 *campi*, os cursos são: Administração, Administração Pública e Gestão Social, Agronomia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Design, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia, História, Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática, Jornalismo, Letras/Libras, Matemática Computacional, Medicina e Música (Quadro 1). O PPC do curso de Design de Produto não estava disponível no site institucional. Para a realização da coleta dos documentos para a análise documental foram acessados o portal oficial da universidade, onde foi possível extrair os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com exceção daqueles que foram encontrados nos sites oficiais de seus próprios cursos, também vinculados ao portal institucional.

**Quadro 1: Relação dos cursos de graduação pesquisados**

CURSO	ANO	LINK DO PPC
Administração	2009/2019	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6213</a>
Administração Pública e Gestão Social	2010/2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6274">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6274</a>
Agronomia	2018	<a href="http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107">http://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=5107</a>
Biblioteconomia	2006	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6231</a>
Ciências Contábeis	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6281">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6281</a>

CURSO	ANO	LINK DO PPC
Ciência da Computação	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6235">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6235</a>
Design	2014	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6285">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6285</a>
Engenharia Civil	2017	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6287</a>
Engenharia de Materiais	2009	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6291">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6291</a>
Filosofia	2007	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6295</a>
História	2014/2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6293">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6293</a>
Interdisciplinar de Ciências Naturais	2017	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6297">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6297</a>
Jornalismo	2016	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6255">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6255</a>
Letras/Libras	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6300">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6300</a>
Matemática Computacional	2018	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6302">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6302</a>
Medicina	2001	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6264">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6264</a>
Música	2014	<a href="https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6266">https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&amp;p=6266</a>

Fonte: Elaboração dos autores.

Nesses documentos, utilizaram-se os seguintes descritores: avaliação externa; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Enade; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; Sinaes; avaliação do PPC; e avaliação institucional. Para fins de análise dos dados foi elaborado um quadro contendo informações referentes ao nome do curso, período de criação dos PPC, com agrupamento das informações com base nos descritores, se haviam ou não esses descritores dentro dos referidos documentos e o conteúdo abordado.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliar possibilita visualizar as lacunas e problemas decorrentes das ações desenvolvidas nos diversos espaços sociais. Com base nessa afirmação iniciamos a análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação buscando verificar quais informações estão disponíveis sobre a avaliação externa e avaliação institucional e como a temática é abordada nos documentos institucionais. Dos 17 cursos de graduação da instituição investigada foram examinados 20 projetos pedagógicos dos cursos (PPC), esse total é diferente do quantitativo de cursos, pois os cursos de bacharelado em Administração e Administração Pública e Gestão Social e História possuem mais de um PPC. O primeiro, modificado para adequar o perfil do egresso com as questões econômicas e locais, e o segundo, para adequar as diretrizes curriculares nacionais aprovadas em 2014 para os cursos do campo de pública, e também o fortalecimento da gestão social. O terceiro, não há explicação do motivo da existência de um novo PPC (PPC ADMINISTRAÇÃO, 2019; PPC ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2016).

Em termos gerais, foi possível verificar que a avaliação externa é descrita na maioria dos PPC da instituição investigada, representando o quantitativo de 80%, enquanto que os PPC que não constam nenhuma informação é de 20%. Para uma melhor apresentação das informações coletadas nos PPC, sendo apresentados de maneira agrupada, os que citaram o termo avaliação externa, o Sinaes e o Enade; e os que mencionaram a avaliação institucional.

A avaliação externa está presente em 60% dos PPC, que incluem os termos avaliação externa, o Sinaes e o Enade. Quando abordado a avaliação externa aparece como requisito para obtenção do reconhecimento dos cursos junto à avaliação de reconhecimento de curso do Ministério da Educação (MEC). Nessa perspectiva, é válido ressaltar que o processo de credenciamento e reconhecimento dos cursos são influenciados de forma direta através dos resultados de avaliações externas, uma vez que esse instrumento avaliativo fornece informações

que permite ao MEC tomar medidas para notificar as IES (NUNES; AVILA, 2017). As principais medidas são realizadas por meio de “notificações sobre irregularidades, termos de compromissos assinados com as instituições, medidas de saneamentos das deficiências, medidas cautelares de suspensão ou redução de novos ingressos e penalidades de desativação ou descredenciamentos de instituições.” (NUNES; AVILA, 2017, p. 519).

Nos PPC de Ciência da Computação e Matemática Computacional trazem questões ligadas à avaliação externa, mais especificamente ao Enade. Diante da necessidade em acompanhar o ensino aprendizagem dos alunos, utiliza-se das avaliações internas e do constante monitoramento, para que quando submetidos a avaliações externas tenham um bom desempenho. Outro ponto destacado é a criação do Sinaes, onde expõe instrumentos que viabilizam por meio da avaliação do MEC para o aperfeiçoamento do PPC do curso.

A avaliação da educação superior deve reunir informações que contribuam na efetivação da qualidade do ensino (DIAS SOBRINHO, 2008). Com esse propósito, o Sinaes constitui-se enquanto importante elemento na melhoria da educação superior, sendo composto por 03 eixos, a avaliação institucional (interna), avaliação de cursos de graduação (externa), e o Enade (externa), implantados para gerar indicadores de autoconhecimento das IES e indicadores nacionais, com o objetivo de produzir “uma prática de avaliação e de reflexão imprescindíveis para o bom desenvolvimento de uma instituição de educação superior” (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006, p. 431). Com relação ao Sinaes, foram encontradas referências nos PPC de Administração, Administração Pública e Gestão Social, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Letras Libras, e Matemática Computacional.

No PPC de Administração (2009), o Sinaes encontra-se citado como um sistema regulador, na produção de aspectos voltados para avaliação institucional e também como instrumento que subsidiou a implantação obrigatória das Comissões Próprias de Avaliação (CPA), acrescenta ainda, que a instituição disponibiliza de “comissões centrais e setoriais”, onde são produzidas as principais ações no que se refere às avaliações internas e externas. Quando atualizado, o PPC de Administração (2019) reduz as informações referentes ao Sinaes, pois apenas menciona a Lei nº 10.861/2004, ressaltando a criação do sistema e que a partir dele são geradas informações que remetem as avaliações do curso e da instituição.

Assim como os PPC de Administração (2009) e de Administração Pública e Gestão Social (2010) aborda o Sinaes de modo superficial, apenas fazendo a menção de sua criação e sua função reguladora de avaliar os aspectos internos e externos da IES, citando também, a criação das CPA e das comissões centrais e setoriais, como responsáveis pela elaboração e fornecimento das informações geradas no âmbito da avaliação da instituição e do próprio curso. Quanto ao PPC de Administração Pública e Gestão Social vigente (2016), não foi encontrado nenhuma informação relacionada ao Sinaes.

Nos PPC de Ciência da Computação e Matemática Computacional, foram encontrados elementos a respeito do Sinaes, especificamente quando busca relacioná-lo com os instrumentos de avaliação de curso no sentido de reconhecimento, autorização e renovação do reconhecimento do curso. Com isso, é possível perceber que o Sinaes novamente é citado no sentido regulador. No PPC de Engenharia Civil aparece apenas se reportando ao fato da criação da lei de implantação do Sinaes.

Na perspectiva de Sawicki e Pagliarin (2018), os resultados obtidos por meio das avaliações em larga escala, devem servir como apoio estratégico na formulação ou reformulação das práticas pedagógicas, como os Projetos Políticos Pedagógicos. Nesse sentido, o PPC de Jornalismo, diferentemente dos demais, aporta o Sinaes de forma mais ampliada e o relaciona com o PPC, trazendo a necessidade, com base nas avaliações externas, da construção de planejamento para sua atualização. Além disso, traz a questão de que a avaliação deve

ocorrer pelo menos a cada três anos, dentro do ciclo avaliativo do Sinaes. No PPC de Letras/Libras são encontrados elementos que fazem referência a CPA, com acompanhamento do colegiado do curso, além disso, salienta que as avaliações internas serão feitas com base nos documentos oficiais do Sinaes.

Os dados apresentados evidenciam que tanto o Sinaes quanto a avaliação externa são tratados nos PPC dos cursos de graduação da instituição investigada de maneira superficial e ressaltando o caráter regulatório do sistema, isto é, consideram a avaliação para fins burocráticos. Essa questão já é percebida por Ristoff (2004, p.181), de que a criação do Sinaes tem também como desafio a não burocratização das avaliações e a ampliação da participação efetiva dos atores “envolvidos” na avaliação, em que os usos dos dados sejam também articulados “com os objetivos e planos institucionais”.

Dos 20 PPC analisados, observou-se que 55% destes relataram alguma informação sobre a avaliação institucional, numa perspectiva formativa, o projeto pedagógico estaria articulado com a avaliação institucional e avaliação externa, como o Enade. Como pode ser verificado nos trechos, a seguir: “A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como mecanismos para aprimoramento contínuo do curso e replanejamento das ações” (PPC AGRONOMIA, 2018, p.140).

Na perspectiva adotada pela UFC, a avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) tem caráter reflexivo e formativo, cuja síntese está na frase socrática: “conhece-te a ti mesmo”. Visa a conhecer e a aperfeiçoar as atividades internas da IES, bem como a ação dos seus principais agentes: egressos, discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Nessa visão, a avaliação institucional busca a participação responsável e efetiva desses agentes, de modo a construir uma cultura interna favorável à avaliação, que possibilite maior conscientização acerca da missão, bem como das finalidades acadêmica e social da IES (PPC ADMINISTRAÇÃO, 2009, p.44). Um processo dessa natureza requer, por um lado, agregar elementos quantitativos, fator crucial no sucesso de um projeto de avaliação, e, por outro, a interpretação e a incorporação dos aspectos qualitativos pelos diversos atores que participam do processo instrucional: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Em síntese, serão adotados dois tipos de procedimentos: avaliação de cursos e disciplinas e avaliação institucional permanente (PPC ADMINISTRAÇÃO, 2009, p.45).

A avaliação institucional obtendo informações sobre as diversas ações realizadas pela instituição e o acompanhamento das avaliações externas. Os processos desenvolvidos por meio da autoavaliação, permite aos cursos de graduação e as IES o reconhecimento de suas ações, no sentido de compreender suas práticas verificando aquelas que necessitem de correção, o que representa, na visão formativa, um aprimoramento no ensino superior brasileiro (SOUSA, 2018). Com relação a autoavaliação, apenas o PPC de Administração de 2019 menciona a autoavaliação institucional, que diz que para o

Acompanhamento avaliação do Curso visando fazer os ajustes necessários à contextualização e melhoramento do curso em âmbito nacional e internacional, serão realizadas e estudadas, periodicamente, ações que permitam avaliar a adequação do mesmo. Entre essas ações podem ser citadas a autoavaliação institucional e as avaliações externas promovidas pelo MEC, ENADE e outras (ADMINISTRAÇÃO, 2019, p.35).

Nos PPC analisados também foi possível verificar a utilização da avaliação institucional como sinônimo de avaliação de cursos, como descrito no PPC de Música, “Nesse ínterim, foi realizada a primeira avaliação institucional, na qual o curso obteve conceito 4,0.

Após a avaliação, o NDE juntamente com o colegiado do Curso de Música da UFCA deu início ao processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso [...]” (PPC MÚSICA, 2014, p. 04). No entanto, são avaliações diferentes, a avaliação institucional abarca além da avaliação externa (avaliação de cursos e o Enade) a autoavaliação. O conceito apresentado refere-se ao conceito preliminar de curso que é produzido a partir dos dados gerados pelo Enade, o Enem e o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2004).

Os PPC que tratam sobre o Enade trazem informações direcionadas às orientações de acompanhamento do coordenador de curso, como é o caso do PPC de Ciências Contábeis. “Inscrever e Estimular a participação dos estudantes no ENADE –Exame Nacional de Desempenho, (quando o curso for passar pelo ENADE)” (PPC CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2018, p. 39). Ademais, trazem informações à respeito do acompanhamento e avaliação da metodologia de ensino para fins de melhoria dos resultados dos discentes no Enade, observados nos cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional:

O acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem se dará conforme estabelecido no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA. De modo complementar, detalhes sobre a verificação da eficiência dos alunos devem estar previstos em cada Programa de Disciplina, devidamente aprovado pelo NDE e pelo Colegiado do curso. Por fim, tais mecanismos de acompanhamento e avaliação buscarão fortalecer o desempenho dos discentes tanto no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, como também no Exame Nacional para Ingresso na Pós-Graduação em Computação (POSCOMP) (PPC CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, 2018, p. 34).

É possível observar que no PPC de Ciências Contábeis existe um direcionamento para o estímulo dos estudantes do curso em realizar o Enade, contudo, apenas promovendo a sua participação. Desse modo, percebe-se que essa prática acontece de modo a restringir os aspectos avaliativos do Enade, porque cabe também às coordenações dos cursos de graduação um trabalho com os resultados do Enade de maneira que estimulem os estudantes a compreenderem de que forma os resultados estão sendo utilizados, quer seja na melhoria do ensino, das ações pedagógicas, da infraestrutura, dentre outros.

A partir da análise dos PPC de Ciência da Computação e Matemática Computacional, inferiu-se que existem pontos que dialogam sobre a utilização do acompanhamento das práticas avaliativas em um contexto de melhoria dos resultados dos estudantes do Enade, porém, nota-se, que não há um detalhamento de que forma os resultados produzidos a partir das avaliações externas e a avaliação institucional ou de cursos contribuirão como um instrumento que colabore com o aprimoramento dos PPC, o que poderia gerar um impacto positivo no ensino que é oferecido pela IES. Segundo o instrumento de avaliação de cursos de graduação do Inep, no que se refere à gestão do curso e aos processos de avaliação externa e interna, às instituições para obterem o conceito 5 (maior) deverão ter uma “gestão do curso”

[...] planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso (INEP, 2017, p.16).

Com destaca, Dias Sobrinho (2010), a avaliação deverá estar relacionada como os aspectos futuros da educação, ou seja, dentro dos PPC a avaliação seria um componente articulador, no sentido de fornecer informações e dar indicativos de quais aspectos podem ser melhorados. Entendendo o PPC como um documento norteador, político e técnico e que tem relação com o presente e futuro dos cursos. De acordo com Caria (2011) através dos Projetos

Políticos Pedagógicos pode-se inferir a realidade da instituição e proporcionar metodologias para modificá-la, caso seja necessário.

## 5. CONCLUSÃO

No contexto educacional a avaliação tem contribuído para a compreensão do funcionamento dos sistemas de ensino, a qualidade do ensino ofertado e o acompanhamento dos resultados da implementação de políticas públicas direcionadas aos vários grupos sociais. Na perspectiva de melhoria da qualidade do ensino os seus resultados das avaliações - interna e externa - devem servir como diagnóstico do contexto dos cursos e das instituições e contribuir para o (re)planejamento dos projetos de desenvolvimento institucional e os projetos pedagógicos dos cursos.

Algo que necessita ser melhor ampliado é a análise documental, com acesso às atas das reuniões dos Núcleos docentes estruturados e dos colegiados dos cursos de graduação para comparar, além de verificar junto aos coordenadores, professores e estudantes como são utilizados em seus cursos as informações oriundas das avaliações institucionais e externas e de que forma essas informações poderiam contribuir para a modificação dos projetos pedagógicos dos cursos. A análise realizada neste trabalho torna-se base para a ampliação da pesquisa sobre a relação do PPC e a avaliação.

A partir da análise, nota-se que a gestão da IES necessita compreender a importância das avaliações externas e institucional na formulação e reformulação dos PPC, uma vez que os resultados oriundos dessas avaliações são relevantes para o autoconhecimento da realidade da instituição, quer seja no âmbito da gestão ou das ações pedagógicas. Observou-se que a avaliação externa ou a avaliação institucional aparece de maneira pontual e sendo utilizada para fins burocráticos. Esse pouco uso da avaliação nos PPC evidencia-se a fragmentação que há entre o currículo e a avaliação. Os resultados da avaliação, interna ou externa, acabam sendo subutilizados pelos gestores, o que demanda o repensar das práticas, modificação ou fortalecimento, o olhar externo pode trazer elementos importantes para reflexão e identificação de problemas dentro dos cursos.

A avaliação não deve perder o seu potencial de fomento da reflexão, crítica e ação dentro da educação. Nesse sentido, uma instituição comprometida com a qualidade educacional, deveria buscar incorporar nos aspectos administrativos e pedagógicos a avaliação. Uma cultura avaliativa comprometida com a qualidade do ensino estaria interligada com a elaboração, implementação e a própria avaliação dos currículos, dos projetos de desenvolvimento institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos.

A consolidação da cultura avaliativa nos espaços institucionais ainda é um desafio, a avaliação tende a ser realizada de maneira ritualizada, sendo pouco utilizada para momentos de reflexão e ação de melhoria dos projetos pedagógicos, quer seja o institucional ou de cursos. Existe a necessidade de uma maior participação dos diferentes sujeitos pertencentes aos espaços das universidades, tornando-se essencial para essa implementação da prática avaliativa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação, tomada de decisões e políticas: subsídios para um repensar. **Estudos em avaliação educacional**, n. 10, p. 81-102, 1994. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/2321/2269>. Acesso em 08 jun 2019.
- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p.15-29, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.. Avaliação institucional e projeto político-pedagógico: dois lados de uma mesma moeda. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p.32-62, jan.- abr. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3914/3342>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de dezembro de 1996. Brasília 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 09 jul. de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 23 de julho de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 1994. Seção 1, p. 20767.
- BRASIL. **Portaria Normativa n. 40**, de 12 de dezembro de 2007(\*), Republicada por ter saído, no DOU n. 239, de 13-12-2007, Seção 1, p. 39-43, com incorreção no original. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília - DF, n. 249, seção 1, quarta-feira, 29 de dezembro de 2010, páginas 23-31. Disponível em: [http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria\\_Normativa\\_40-2007\\_-\\_publicada.pdf](http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria_Normativa_40-2007_-_publicada.pdf). Acesso em 09 de jul. de 2019.
- BRASIL. **Portaria Normativa Nº 840, de 24 de Agosto de 2018**. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450). Acesso em: 23 de jul. de 2019.
- CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- CECHINEL, André et al. Estudo/Análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5,

p. 969-992, set./out. 2003. Disponível em: [http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/Costa\\_castanha.pdf](http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/Costa_castanha.pdf). Acesso em: 09 jun. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 22 jun. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. p.107-126, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [s.l.], v. 18, n. 1, <http://dx.doi.org/10.1590/s141440772013000100007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/07.pdf>&gt;. Acesso em: 03 abr. 2015.

GAUDIO, Ana Paula de Siqueira. **O Prouni como política de inclusão social**: uma avaliação por meio do Enade. 2014. 151 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <https://ucb.catolica.edu.br/portal/evento/defesa-de-dissertacao-de-mestrado-o-prouni-como-politica-de-inclusao-social-uma-avaliacao-por-meio-do-enade/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p.178-195, 30 dez. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1920>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

HAAS, Célia Maria. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Rio Grande do Sul, v.26, n.1, p.151-171, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19688/11472>. Acesso em 18 jul. 2019.

INEP. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação**: Presencial e a distância Autorização. Brasília-df: Inep/mec, 2017. 57 p. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2019

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NUNES, Andrea Karla Ferreira; AVILA, Everton Gonçalves. CONEXÕES ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO E O QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE DO ENADE. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 17, n. 3, p.509-528, 5 jul. 2017. Trimestral. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v17n3.p509-528>

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>. Acesso em: 28 jul 2019.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci_arttext). Acesso em: 05 jun. 2019.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. O SINAES e os seus desafios. **Avaliação**, v.9, n.1, mar., p. 179-183, 2004.

Disponível

em:<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1262&path%5B%5D=1252>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, n.4, jul.-dez. Rio de Janeiro:

FLACSO,GEA;UERJ,LPP, 2013. Disponível

em:[http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno\\_GEA\\_N4.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf) Acesso em: 19 jul. 2015.

SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni; RAPHAEL, Hélia Sônia. Projeto Pedagógico e Avaliação Institucional: articulação e importância. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v.11, n.1, p. 103-113, jan.-abr., 2006. Disponível

em:<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/923/921>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SAWICKI, Simone Salete; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. Gestão escolar e avaliação em larga escala: realidades, possibilidades e desafios. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 7, n. 16, p. 25-39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/32461>. Acesso

em: 07 ago. 2019.

SOBRINHO, José Dias. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 3, p. 817-825, 2008. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/2191/219114874011.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

SOUSA, José Vieira de. Autoavaliação institucional na política do Sinaes: concepção, desafios e possibilidades de avanços. **Examen**, Brasília, v. 2, n. 2, p.77-99, jun. 2018. Disponível em:

<https://examen.emnuvens.com.br/rev/article/view/87>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 08 de jun 2019

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OREALC). **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. Tradução de José Rodrigues Dias. 2 ed. Brasília: OREALC-UNESCO, 2008. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior**: Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político- Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro.

**Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p.291-310, jul/set.2006. Trimestral

.Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf>. Acesso de 15 de jun de 2019.